



Prefeitura Municipal de São José do Calçado - ES

LEI Nº. 2.122/2019

**“Autoriza Contratações Temporárias para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social, e dá outras providências”.**

O Prefeito do Município de São José do Calçado, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei.

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, em caráter temporário e de excepcional interesse público, para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social, dois profissionais conforme discriminado abaixo:

**01) Para atuarem no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS no Programa Bolsa Família :**

- a) **(um) Assistente Social**, cumprindo jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, com remuneração de **R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)** mensais, pelo período de 06 (seis) meses, a contar da data de publicação da Lei;
- b) **(um) Digitador** cumprindo jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração de **R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais)** mensais, pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação da Lei;

**Art. 2º.** As despesas decorrentes desta Lei advirão da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Assistência Social, no recurso disponível na conta do IGD/PBF.Nº 9228-2 (repasso Federal).

**Art. 3º.** O recolhimento a título de contribuição previdenciária será procedido ao Regime Geral de Previdência Social.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE,**

**PUBLIQUE-SE,**

**CUMPRA-SE**

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Calçado, Estado do Espírito Santo, 22 de março de 2019.

**JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**PUBLICAÇÃO OFICIAL**  
Publicado em 22/03/2019  
Adilson Antonio de Rezende Viana  
Chefe de Gabinete  
Decreto 5.497/2017